

CENTRO UNIVERSITÁRIO BRASILEIRO - UNIBRA  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

DAYANE MILENA FERREIRA DE SÁ  
ELIANE DE SÁ CAVALCANTE DIAS  
MARIA DA CONCEIÇÃO DE CARVALHO

**CONSIDERANDO O EMPODERAMENTO FEMININO A  
PARTIR DA RELAÇÃO DE PODER NAS  
DESIGUALDADES DE GÊNERO CONSTRUÍDAS  
SÓCIO-HISTORICAMENTE**

RECIFE/2023

DAYANE MILENA FERREIRA DE SÁ  
ELIANE DE SÁ CAVALCANTE DIAS  
MARIA DA CONCEIÇÃO DE CARVALHO

**CONSIDERANDO O EMPODERAMENTO FEMININO A  
PARTIR DA RELAÇÃO DE PODER NAS  
DESIGUALDADES DE GÊNERO CONSTRUÍDAS  
SÓCIO-HISTORICAMENTE**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Disciplina TCC II do Curso de Psicologia do Centro Universitário Brasileiro - UNIBRA, como parte dos requisitos para conclusão do curso.

Orientador(a): Me. Danilo Manoel Farias da Silva.

RECIFE/2023

Ficha catalográfica elaborada pela  
bibliotecária: Dayane Apolinário, CRB4- 2338/ O.

S111c Sá, Dayane Milena Ferreira de.

Considerando o empoderamento feminino a partir da relação de poder nas desigualdades de gênero construídas sócio-historicamente / Dayane Milena Ferreira de Sá; Eliane de Sá Cavalcante Dias; Maria da Conceição de Carvalho. - Recife: O Autor, 2023.

35 p.

Orientador(a): Me. Danilo Manoel Farias da Silva.

Trabalho de Conclusão de curso (Graduação) - Centro Universitário Brasileiro – UNIBRA. Bacharelado em Psicologia, 2023.

Inclui Referências.

1. Gênero. 2. Relação de poder. 3. Desigualdade de gênero. 4. Movimento feminista. I. Dias, Eliane de Sá Cavalcante. II. Carvalho, Maria da Conceição de. III. Centro Universitário Brasileiro - UNIBRA. IV. Título.

CDU: 159.9

## **AGRADECIMENTOS**

Eu, Dayane Milena, agradeço a todos que contribuíram construtivamente em todo o processo do projeto de conclusão, é uma experiência única que envolve muitos aprendizados, aprimoramento, ausência social e dedicação. Reconheço que sem o apoio de algumas pessoas em específico, determinadas motivações e impulsos não existiriam. Gratidão pelo incentivo dos meus pais, Celso Pessoa e Rosania Ferreira, e meu noivo Gerson Freitas. Agradeço pela formação e trabalho em equipe constituída por Conceição Ramos e Eliane de Sá. Agradeço pelas orientações de Danilo Silva e os demais professores presentes nas apresentações. Gratidão intensa pelas orações dos meus irmãos de fé e intensa gratidão de maneira especial pela capacitação que o meu Senhor concedeu. Sem Suas permissões nada teria ido avante.

Eu, Eliane De Sá, dedico minha gratidão principalmente a Deus que me deu o fôlego de vida, sem Ele não teria chegado até aqui. Gratidão à minha mãe Iraci B. do Bonfim (em memória), exemplo de mulher forte e valente. Aos meus filhos André Vitor e Vinícius Gabriel, pelo carinho, força e compreensão quando precisei por alguns momentos ficar ausente. Às minhas queridas amigas que nesses dois semestres fui privilegiada em conhecê-las: Maria da Conceição e Dayane Milena. Três gerações se encontraram, onde houve boas conexões, força e garra entre nós, para que pudéssemos desenvolver melhor o trabalho. E por fim, agradeço ao nosso professor Orientador Me. Danilo Silva, pelas orientações e direcionamentos que também contribuíram na realização da conclusão desse trabalho. Gratidão!

Eu, Maria Da Conceição, agradeço principalmente a Deus pela minha vida e por ter me permitido saúde, força de vontade e coragem para não desanimar e superar todos os obstáculos no caminho. Agradeço em especial ao meu esposo Carlos Marco e aos meus filhos, Max Carvalho e Barbara Caroline, e, aos meus netos, pois eles estiveram ao meu lado nos momentos mais difíceis, me apoiando, incentivando e, de alguma forma, se dedicando junto comigo durante a construção desse trabalho. Agradeço às minhas queridas colegas de curso, Eliane de Sá e Dayane Milena, pela força e compreensão durante o desenvolvimento de cada etapa desse TCC. Gratidão também ao nosso professor e orientador Danilo Silva por todos os ensinamentos.

## RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem o desígnio de apontar a relação de poder exercida através das desigualdades de gênero, destacando as diferentes formas de convívio a partir dos fatores que contribuíram socialmente para a instalação desses atributos no contexto sócio histórico. Aborda sobre a dinâmica relacional entre homens e mulheres, fazendo compreender os papéis de funções estabelecidos junto a constituição do sistema patriarcal. Faz reflexões sobre determinadas posturas discriminatórias e estereotipadas, que influenciaram por décadas, na exclusão social das mulheres no âmbito de escolhas, domínio e liberdade de suas próprias vidas. Potencializa as mudanças significativas exercidas no meio social, revolucionado pelo empoderamento feminino, ampliando as principais conquistas e evoluções no âmbito atual, pontuando novas configurações de relações. Este trabalho de pesquisa acadêmica bibliográfica, foi feita através de livros, artigos e sites acadêmicos para melhor ampliação e enriquecimento do trabalho. Sua realização permitiu reflexão e ampliação do conhecimento sobre as propostas sugeridas, compreendendo os esquemas sociais e possuindo entendimento a respeito dos conteúdos que os cidadãos estão envolvidos.

**Palavras-chaves:** gênero; relação de poder; desigualdade de gênero; movimento feminista.

## ABSTRACT

The present Course Conclusion Paper has the purpose of pointing out the power relationship exercised through gender inequalities, highlighting the different forms of conviviality from the factors that contributed socially to the installation of these attributes in the socio-historical context. It addresses the relational dynamics between men and women, making understand the roles of functions established along with the constitution of the patriarchal system. It reflects on certain discriminatory and stereotyped postures, which have influenced for decades the social exclusion of women in the context of choices, domination and freedom of their own lives. It potentiates the significant changes exerted in the social environment, revolutionized by female empowerment, expanding the main achievements and evolutions in the current scope, punctuating new configurations of relationships. This work of bibliographic academic research, was made through books, articles and academic websites for better expansion and enrichment of the work. Its realization allowed reflection and expansion of knowledge about the suggested proposals, understanding the social schemes and having understanding about the contents that citizens are involved.

**Keywords:** gender; power relation; gender inequality; feminist movement.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>Pág. 7</b>
<b>2. OBJETIVOS.....</b>	<b>Pág. 10</b>
2.1 Objetivo Geral .....	Pág. 10
2.2 Objetivos Específicos .....	Pág. 10
<b>3. REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>Pág. 10</b>
3.1 Gênero e a contribuição sociocultural .....	Pág. 10
3.2 Desigualdade de gênero e relações de poder .....	Pág. 15
3.3 Empoderamento feminino .....	Pág. 20
<b>4. DELINEAMENTO METODOLÓGICO .....</b>	<b>Pág. 23</b>
<b>5. RESULTADOS.....</b>	<b>Pág. 24</b>
<b>6. DISCUSSÃO .....</b>	<b>Pág. 32</b>
<b>7. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>Pág. 37</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>Pág. 40</b>

## 1. INTRODUÇÃO

No senso comum, as palavras sexo e gênero são consideradas como sinônimos, porém, entre os termos, consiste uma diferenciação em seus significados gramaticais.

Para o termo sexo, está relacionada as diferenças biológicas entre masculino e feminino, com isso, essas diferenças corporais são caracteristicamente envolvidas com definições anatômicas e fisiológicas (SPIZZIRRI; PEREIRA; ABDO, 2014). A partir desse contexto, uma ilustração que pode considerar como uma construção social denominada àquele sexo, é quando uma mãe que está gestante descobre o sexo da criança, a partir disso pode-se considerar um turbilhão de expectativas envolvendo características pré-determinadas para aquele sexo (CABRAL; DÍAZ, 1998).

Na sequência, o termo gênero se remete à cultura, a papéis sociais, construtos de educação e transformações culturais. Por consequência, é onde se inicia a execução das diferenças sociais, determinando formas de comportamentos e ocupações na sociedade estipuladas para homens e mulheres (STEARNS, 2007). Desse modo, os indivíduos são motivados a designar papéis estabelecidos no convívio social, desde o desenvolvimento infantil até a fase adulta.

Exemplificando a criação infantil das meninas, é comum estimular que tenham brincadeiras com bonecas e sejam cuidadoras do lar e dos filhos, com o intuito que se tornem uma dona de casa excelente.

Além disso, Cabral e Díaz (1998) discorre que é através desses cuidados que a sociedade espera que as mulheres tenham hábitos de serem zelosas com o âmbito familiar, construindo uma família sob seus cuidados dedicados à rotina do cônjuge e família de convívio.

Pelo contrário, os meninos geralmente são ensinados a serem fortes, valentes e provedores da casa. Além disso, são transferidos a eles expectativas de que sejam corajosos, trabalhadores e que através desses fatores tenham poder de liderança e dependência em todos os espaços conquistados (CABRAL; DÍAZ, 1998).

Em consequência desse contexto, é dentro desse olhar de desigualdade de gênero que se insere a relação de poder, o que não é algo natural do sexo, mas uma diferença cultural socialmente construída. Desse modo, é a partir desses ensinamentos que são construídos o entrelaçamento do poder masculino nos ambientes de convívio e o posicionamento da mulher cuidadora do lar e submissa ao homem.

Estas naturalizações de poder e discriminação sobre determinado gênero, fundamentam práticas que denominam a cultura do patriarcado. O sistema patriarcal contribuiu com a sustentação dessa envolvente dominação de homem para mulher, tendo início no meio familiar e possuindo continuidade no contexto social.

Gilberto Freyre (1983, p. 271) reflete a respeito dessas instalações na sociedade, contribuindo com o pensamento das dinâmicas familiares onde “as meninas criadas em ambientes rigorosamente patriarcal, estas viveram sob a mais dura tirania dos pais – depois substituídas pela tirania dos maridos”. Com isso, as mulheres eram silenciadas e excluídas do âmbito social, sendo consideradas incapazes de cargos de responsabilidade no meio social e condicionadas a ocupações no lar.

Com o passar dos anos, as estruturas socioculturais na sociedade contemporânea, foram se modificando devido ao avanço das tecnologias e novas formas de identificação social. Portanto, a relação diversa inerente à sociedade permite rever constantemente temas de igualdade entre as pessoas, onde também é possível enxergar dinâmicas de desigualdade dispostos no mesmo ambiente.

Com isso, vários critérios podem ser utilizados para refletir a (des)igualdade, sendo eles de forma econômica, racial, de gênero ou sexual. Tratar desse assunto do ponto de vista da relação de poder, entende-se que o papel de homens e mulheres é desempenhado tão tradicionalmente que se tornou natural no contexto familiar e social (FRANÇA; SCHIMANSKI, 2009).

Quando esses papéis tradicionais atribuído às mulheres foram aceitos, a violência que ocorria nesse ambiente também se tornou natural. A partir do momento em que esse tipo de violência se tornou mais problemático e o número alarmante de vítimas foi percebido, o assunto ganhou um novo foco, alavancando a marcante luta do movimento feminista no século XX, em busca da visibilidade dessas vítimas e da

hierarquia de poder naturalizada no contexto da desigualdade (AZEVEDO; SOUSA, 2019).

Com isso, as mulheres vivenciaram um processo de ressignificação, obtendo o princípio do empoderamento feminino interligado às lutas que viabilizavam a obtenção dos seus direitos e valores, garantindo seu lugar de escolha na sociedade e buscando oficializar a independência do gênero no âmbito do trabalho, político, econômico, educacional, familiar e sociocultural (AZEVEDO; SOUSA, 2019).

Por diversos anos a classe feminina foi inferiorizada por consequência das vivências de submissão e aprendizagens obtidas a partir da funcionalidade de reprodução, propagando padrões de ser mãe, esposa e dona de casa (SILVA; PINHO; SOUSA, 2023).

Com isso, foi associado à necessidade de obter um líder na família, que fosse responsável nos papéis de função de moralidade e sustentação financeira do lar, promovesse a obtenção de lucros e sobrevivência, ademais, contribuísse com a opressão e discriminação do poder feminino e também enfatizasse no movimento de dominação masculina, cultivada com o sistema patriarcal (FOLLADOR, 2009).

Diante disso, as mulheres intensificaram o movimento do empoderamento feminino, lutando pelos seus direitos e liberdade para ser respeitada em qualquer ambiente, obtendo realizações e também serem desconsideradas como dependentes e inferiores do seu convívio familiar e social (AZEVEDO; SOUSA, 2019).

Devido a essas questões sociais em relação ao ser feminino, conceituamos o entendimento do empoderamento feminino, estruturando a relevância neste tema para a conscientização da sociedade junto ao contexto de realidade, pois assim se faz existir maior entendimento dos prejuízos e malefícios que essas práticas contribuem, tanto psicológica quanto física e socialmente. Além disso, se ressalva a necessidade do olhar social sob essas dinâmicas que precedem as relações.

Com a finalidade de trazer a ampliação sobre essas desigualdades constituídas sócio-historicamente, escolhemos este tema objetivando ampliar os conhecimentos em relação aos direitos e deveres de homens e mulheres, paralelamente, trazer a compreensão do prisma da relação de poder e discriminação de gênero. Também ampliaremos as reflexões quanto à evolução do empoderamento feminino inserido no contexto atual, destacando suas formas de configurações e direitos alcançados.

Decorrente dessas reflexões, como podemos pensar sobre a inserção do empoderamento feminino e sua vivência atual na sociedade? A desigualdade de gênero continua possuindo forças frente a estes movimentos revolucionários?

## **2. OBJETIVOS**

### **2.1 Objetivo geral**

O objetivo geral presente neste Trabalho de Conclusão de Curso é articular sobre as relações de poder e desigualdades de gênero construídas sócio-historicamente, levando à compreensão de que estão intimamente associadas à discriminação e violência contra a mulher.

### **2.2 Objetivos específicos**

- Explicar através da contextualização sócio histórica como o empoderamento feminino ganhou notoriedade.
- Ampliar as mudanças significativas alcançadas através do movimento feminista.
- Contextualizar a evolução do ser feminino e direitos alcançados no contexto atual.

## **3. REFERENCIAL TEÓRICO**

### **3.1 Gênero e a contribuição sociocultural**

Segundo Cabral e Díaz (1998), as palavras sexo e gênero possuem diferenciações conceituais, mas são comumente utilizadas no senso comum como

sinônimos. No decorrer do trabalho, será conceituado suas exclusividades conceituais, mas de certa forma, uma complementa a outra, pois ambas definem questões físicas e sociais estruturadas na sociedade desde às antiguidades.

O termo “gênero” não define somente as diferenças corporais, enquanto referido ao sentido da palavra, mas, esta representa também as relações que pertencem aos meios sociais, envolvendo a uma classe, um grupo ou uma categoria.

De acordo com Carloto (2001), este termo permite a entrada de elementos sociais na formação do caráter de um indivíduo, que efetua-se através das dinâmicas sociais, podendo assim considerar a partir da elaboração de Saffioti (1992, p. 210), que “não se trata de perceber apenas corpos que entram em relação com o outro. É a totalidade formada pelo corpo, pelo intelecto, pela emoção, pelo caráter do eu que entra em relação com o outro”

Por certo, através disso acarreta-se refletir e agregar sobre como as relações se estruturam a partir de outras relações, ocasionando identificações e diferenciações nesse meio.

Conforme Spizzirri, Pereira e Abdo (2014), gênero é uma construção sociocultural que tomou impulso após a II Guerra Mundial em defluência dos movimentos sociais feministas. Este movimento, juntamente ao termo, teve início durante a evolução da sociedade quando esta tornou-se civilizada, formulando normas e leis estabelecidas para os indivíduos, fundamentando a ideia de que cada sexo possuía determinadas funções dentro da sociedade.

Além disso, Spizzirri, Pereira e Abdo (2014) fala que a partir dessa ampliação e diferenciação que o movimento feminista buscou propor, sendo a visibilidade das desigualdades de poder entre direitos e deveres para masculino e feminino, aconteceu também um maior entendimento sobre a distinção existente entre gênero e sexo.

Portanto, pode-se considerar a partir das significações gramaticais e estudos já elaborados, que a terminologia de sexo é o discernimento entre homem e mulher, onde essa diferença consiste anatomicamente nos aparelhos reprodutivos de cada ser (SPIZZIRRI; PEREIRA; ABDO, 2014).

Por exemplo, em uma mãe gestante. Esta identificação pode se iniciar com a revelação do sexo do bebê, contribuindo com uma determinada expectativa de como

a menina ou o menino se desenvolverá enquanto ser atuante na sociedade (CABRAL; DÍAZ, 1998).

Segundo Follador (2009), através da distinção do sexo o gênero possuiu sua forma de atuação, considerando que homens e mulheres deveriam cumprir determinadas funções estabelecidas pela sociedade. Para Guedes (1995, p. 8), gênero pode ser explicado como “uma forma de entender, visualizar e referir-se à organização social da relação entre os sexos”.

Da mesma forma, Butler (2003, p. 27) também reflete sobre esse processo como uma associação aos significados que envolvem formas de ser pré-determinados aos sexos dizendo, “[...] não há como recorrer a um corpo que já não tenha sido sempre interpretado por meio de significados culturais”.

A partir disso, é possível realizar uma correlação do exemplo da mãe gestante, que encontra-se envolvida em reflexões e expectativas que precedem pensamentos sobre a representação social que sua criança ocupará, com o decorrer de seu desenvolvimento (CABRAL; DÍAZ, 1998).

Como também repro formulam, gênero se remete à cultura, hábitos, comportamentos e funções sociais, tendo seu marco histórico junto ao sistema patriarcal e este, favoreceu às existências de papéis sociais para os seres humanos constituintes da sociedade.

Além disso, Follador (2009) contextualiza que, para os homens, foi definido que eles deveriam ter postura de liderança em todos os âmbitos sociais, ser forte, responsável, obter moralidade e poder nos contextos envolvidos, atribuindo-se ao sinônimo de respeito e reconhecimento da figura masculina.

Para as mulheres, seu dever social foi atribuído ao cumprimento de afazeres domésticos, onde concedia uma determinada obrigação em tornar-se uma boa cuidadora do lar para satisfazer e trazer conforto ao seu cônjuge e família construída. Através dessa perspectiva, o ser feminino ocupou espaços de submissão ao homem, sendo associada ao estereótipo de mulher fragilizada, delicada e dependente da masculinidade que a cerca (FOLLADOR, 2019).

Joan Scott foi uma historiadora que contribuiu com os estudos das mulheres e partindo da perspectiva de gênero, ela desenvolveu a reflexão que “gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre

os sexos... o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder.” (SCOTT, 1995, p. 86), dessa forma, faz-se entender que essas relações estavam conectadas ao sistema hierárquico, onde determinado sexo buscava se beneficiar acima do outro (CARLOTO, 2001).

Desse modo, o sistema patriarcal eram aprendizagens culturais que foram comumente transmitidas de pais para filhos, onde se instalou e impulsionou cada vez mais o movimento da relação de poder (CABRAL; DÍAZ, 1998).

Por consequência, as meninas eram estimuladas através das brincadeiras a aprenderem desde a infância que elas deveriam tornar-se dona de casa responsável, dar conta dos cuidados à família e ter bons dotes culinários. Esses ensinamentos emergiam através do brincar com bonecas, brincar de casinha e também existia a associação de que deveriam estar sempre envolvidas com “coisas de meninas”, que são estereótipos criados pela sociedade e vinculados com a vaidade, obediência e comportamento adequado, onde se inclui delicadeza, ingenuidade e também acontece a associação da cor rosa e estampas florais ou semelhantes serem consideradas como afeminadas (CABRAL; DÍAZ, 1998).

Nesse sentido, é imprescindível comentar a partir da contextualização de Silva, Pinho e Sousa (2023), que as mulheres desde o princípio da sociedade sempre estiveram fortemente atreladas ao estigma da reprodução, sendo essa a maior ferramenta de justificação dos cuidados ao lar.

Partindo dessa perspectiva, Homem e Calligaris (2021, p. 74) argumentam que “[...] A mulher que escolhe não ser mãe é acusada de egoísmo, de fracasso. É algo aristotélico: afinal, se ela tem a possibilidade de ser mãe e não é, não vai ser transformada em ato de toda a sua potência”. Ou seja, o estigma de realização do ser está totalmente pautado ao aspecto biológico natural do corpo, construído socialmente sob um prisma de normativa ao ser feminino.

No mesmo sentido, Silva, Pinho e Sousa (2023, p. 306) argumentam dizendo, “uma vez que, a reprodução era dada ao instinto, resultava em cobrança social para a manutenção da vida humana, um dever cívico e religioso instaurado sob a mulher.”

Portanto, as mulheres tendem a se desenvolver a partir dessas aprendizagens e quando decidem se constituir com outros princípios de vida, afastando-se dessa normativa social, são conseqüentemente pressionadas por não atingirem a realização

desses fatores, o que para a sociedade, este é um construto primordial. (SILVA; PINHO; SOUSA, 2023). Dessa maneira, são desvalorizadas e invalidadas, experienciando críticas desconstrutivas, podendo muitas vezes ser taxadas de desleixadas, não preparadas para casar ou até mesmo preguiçosas.

Em suma, é essencial ressaltar que esses contextos de ensinamentos ainda reverberam na sociedade, potencializando maneiras de obstáculos e guias sociais.

Conforme Cabral e Díaz (1998) argumentam, as brincadeiras masculinas estimuladas tendem a ter características de coragem, heroísmo, força e valentia. Geralmente são voltadas para situações de guerras, competições de qualidade, masculinidade e lazer com 'coisas para meninos', sendo espadas, automóveis de brinquedos, futebol, etc.

Nesse sentido, as orientações para os meninos apontam com facilidade para buscarem logo cedo ao âmbito do trabalho, pois já na infância são encorajados a desenvolver seu posicionamento viril e esforçado, com o intuito que alcancem sua dependência financeira e moralidade social (CABRAL; DÍAZ, 1998).

Dessa maneira, eles aprendem sobre elementos que devem reprimir e que envolve características femininas, como o sentimentalismo ou que os deveres de casa devem ser realizados por elas, pois sua ocupação diária deveria ser em casa e a do homem no meio social.

De acordo com as ideias que Butler (2003) construiu no decorrer de suas pesquisas sobre identidade de gênero e seus constituintes, a pensadora e filósofa argumenta que o sexo precede o gênero, formado de elementos dados como naturais do corpo. Ela se opôs à construção de gênero obtida como principal via para a elaboração da identidade de gênero.

Além disso, para Butler (2003) existe uma naturalização desses sistemas que são condicionados pela estrutura binária, onde limita-se à feminino e masculino, mulher e homem, não incluindo ou abrindo espaço para a formação do gênero neutro, que é a classificação de identidade de gênero para seres que não possuem identificação com a normatização binária.

Ademais, a crítica de Butler (2003) se centraliza no seguimento dessa estrutura limitada, onde a possibilidade de inclusão na sociedade é a partir desse

direcionamento de papéis de funções preexistentes para os gêneros identificados e limitantes. Com isso, Butler (2003) afirma que:

[...] a ideia de que o gênero é construído sugere um certo determinismo de significados do gênero, inscritos em corpos anatomicamente diferenciados, sendo esses corpos compreendidos como recipientes passivos de uma lei cultural inexorável. Quando a 'cultura' relevante que 'constrói' o gênero é compreendida nos termos dessa lei ou conjunto de leis, tem-se a impressão de que o gênero é tão determinado e tão fixo quanto na formulação de que a biologia é o destino. Nesse caso, não a biologia, mas a cultura se torna o destino (BUTLER, 2003, p. 26).

Dessa maneira, compreendemos que para Butler não é o sexo que é tido como destino biológico e sim o gênero que precede essas dinâmicas de cultura, tendo o sexo como determinação dessa naturalidade humana e sustentação sociocultural.

### **3.2 Desigualdade de gênero e relações de poder**

Inegavelmente, foi através das visões de gênero que o patriarcado contribuiu nas relações de poder, tendo o entrelaçamento com a desigualdade nessas relações existentes (GUEDES, 1995) e por bastante tempo as mulheres foram silenciadas no contexto social, tendo seu lugar de fala e escolha sem autonomia, onde era concedido através da permissão e dominação masculina (FOLLADOR, 2009).

Portanto, as mulheres eram classes excluídas na sociedade que constantemente vivenciavam a discriminação feminina por não poderem se inserir no meio social, político, educacional e cultural (FOLLADOR, 2009).

É evidente, que ainda na atualidade existe o desequilíbrio na divisão de funções entre os gêneros, sendo ocorrente em variados fatores e possuindo forte influência na sociedade, principalmente quando refere-se às mulheres estarem à frente das tomadas de atitude e produção nas atividades de interação social. Através disso, estão envolvidos diversos fatores, como a herança patriarcal histórica, a cultura de criação e visibilidade das mulheres, a vida trabalhista na classe feminina e dinâmicas de sustento na vida cotidiana.

Desse modo, inclui-se também o desequilíbrio salarial das mulheres, onde as mesmas batalham para formular suas realizações de liberdade de expressão, autonomia e escolhas através do reconhecimento de suas conquistas e esforços. Além disso, conforme Hirata (1999) argumenta:

No caso de organizações, a diferenciação técnica que se faz do trabalho também evidencia a divisão por sexos. Os trabalhos considerados mais centrais, estáveis e com laços empregatícios formais, muitas vezes, vinculados a cargos de chefia, são usualmente ocupados por homens, enquanto os trabalhos periféricos, precarizados e com menor atribuição de responsabilidades, ou destinados a funções de atendimento, são legados às mulheres (HIRATA, 1999, p. 4).

Portanto, mesmo que inseridas nos projetos sociais a respeito da evolução humana em coexistência cotidiana, as mulheres ainda sofrem uma marcante luta de gênero em decorrência da desigualdade instalada por diversos séculos na sociedade. Por mais que preencham os mesmo espaços e ocupações que os homens também estão inseridos, há uma diferença significativa e perceptível nesse meio relacional (CORDEIRO, et. al., 2015).

De acordo com Follador (2009), ainda na época da colonização, as mulheres sofriam intensa exclusão nos âmbitos do conhecimento, pois:

A educação era ministrada somente aos homens, e, tanto as mulheres brancas ricas e pobres, quanto as negras... não tinham acesso à instrução. (...) era impossibilitado o acesso a uma educação profissionalizante que as levasse à produção de conhecimento exercendo o ofício de historiadoras (FOLLADOR, 2009, p. 9).

Em razão disso, a vivência da submissão feminina e permissividade masculina estava em vigor na sociedade, trazendo consequências em toda dinâmica social e provocando cada vez mais o distanciamento da equidade entre os sexos existentes (FOLLADOR, 2009).

Ademais, a maioria das mulheres pobres da época que não possuíam o âmbito familiar para aquietar-se e se ocupar em casa, em muitos contextos necessitavam estar à frente na sustentação da família, se encarregando de inúmeros afazeres "(...), como lavadeiras, cozinheiras, domésticas e vendedoras ambulantes" (FOLLADOR,

2009, p. 10) ou muitas vezes ocupavam-se de serviços considerados como masculinos.

Com isso, estas vendas eram constituídas por classes desfavorecidas e escravas na sociedade (FOLLADOR, 2009) e, com a intensidade surgindo no fluxo desses pequenos comércios, a figura feminina foi tomando impulso nas produções alimentícias “(...) onde eram vendidos bolos, doces, hortaliças, derivados do leite, entre outras guloseimas preparadas pelas mulheres.” (FOLLADOR, 2009, p. 11).

Diferente destas figuras pobres e ativas na sociedade, as mulheres abastadas não podiam apreciar da liberdade existente, pois “(...) viviam sob a proteção dos olhares masculinos e enclausuradas em suas casas.” (FOLLADOR, 2009, p. 11).

Conforme Eugênea e Monteiro (2021) contextualiza, é evidente a existência de mudanças significativas nas últimas décadas no século XX em meio ao âmbito do trabalho, fator que se atribui às alterações nos cenários culturais e sociais junto à inserção da mulher no mercado de trabalho. Além disso, as autoras elaboram que:

Essas transformações propiciam mudanças nos padrões e valores relativos ao papel social da mulher, alterando a identidade feminina e expectativa de ocupação social, fazendo com que as mulheres buscassem maior reconhecimento de suas competências e se voltassem para a conquista de seu espaço no mercado de trabalho (EUGÊNEA; MONTEIRO, 2021, p. 24-25).

Ainda de acordo Eugênea e Monteiro (2021), a inserção se concretizou com mais impulso através da qualificação no ensino, favorecendo aos fatores de conquistas sociais e pessoais, podendo considerar a abertura de possibilidades ao mercado de trabalho.

Segundo a Constituição Federal Brasileira de 1988 (JUNIOR; NERY, 2022), o artigo de nº 5 é constituído com a lei igualitária entre homens e mulheres, a respeito dos direitos e obrigações, que fomenta sobre a defesa e liberdade do ser. Através dessa regulamentação, a mulher foi assegurada a se impulsar para as localidades de trabalho que antes não possuíam acesso.

Nesse sentido, é evidente que a inclusão do ser feminino no âmbito social e trabalhista provocou uma diminuição na desigualdade entre os gêneros, desconstruindo fortes obstáculos que envolviam intensamente essas dimensões.

Porém, mesmo diante do avanço obtido no meio trabalhista e do nível de escolaridade assemelhando-se aos dos homens, é perceptível a existência de desequilíbrios no reconhecimento da participação e bonificação ao trabalho exercido pelas mulheres (EUGÊNEA; MONTEIRO, 2021). As autoras destacam esse pensamento articulando que:

Apesar das transformações sociais, econômicas e políticas em sua estrutura produtiva, com a conquista de certa representatividade em termos de colocação no mercado de trabalho (...) em geral, ainda é deficitária a presença de mulheres em postos de liderança diretora, principalmente na chamada alta cúpula das empresas (EUGÊNEA; MONTEIRO, 2021, p. 23).

Portanto, a divisão sexual no âmbito do trabalho ainda é sustentada para desenvolver cargos de hierarquia que são formulados pela rotulação de tarefas determinadas e específicas para os sexos. Através disso, é evidente que os cargos remetidos com mais representatividade de responsabilidades e tomadas de atitudes para organização da sociedade, ainda se restringe à ocupação masculina como símbolo da moralidade e superioridade social.

De acordo com o que Oliveira (1998, p. 26) formula através de uma releitura feita em Hirata e Kergoat, “as atividades desempenhadas pelos homens tem a representação do perigo e às desempenhadas pelas mulheres, da fragilidade, por causa unicamente de sua capacidade reprodutiva” (HIRATA; KERGOAT, 2007 apud OLIVEIRA, 1998, p. 26).

Em virtude desta colocação, é possível relacionar a contextualização de França e Schimanski (2009, p. 71) com a citação anterior, onde faz-se compreender melhor quanto aos fatores da atualidade, dizendo que:

(...) as mulheres brasileiras continuam se engajando preferencialmente nas atividades tradicionalmente consideradas femininas, o que é uma clara indicação da continuação do padrão de segregação ocupacional, o qual marca as condições do trabalho feminino (OLIVEIRA, 2007 apud FRANÇA; SCHIMANSKI, 2009, p. 71).

Partindo desse contexto, França e Schimanski (2009) desenvolvem afirmações que ampliam a visão sobre as novas dificuldades vivenciadas pelas mulheres, onde

se incluem as responsabilidades domésticas atribuídas exclusivamente ao ser feminino, ocasionando, desta maneira, a experiência da dupla jornada em sua rotina.

Muitas vezes, os sonhos femininos são interrompidos, por sua dedicação à família, pois suas ocupações acabam por serem exaustivas por necessitar trabalhar fora e dentro de casa, gerando o trabalho duplo, o que contribui com a desmotivação de conquista e cansaço extremo (FRANÇA; SCHIMANSKI, 2009).

Ademais, de acordo as autoras, esse fator representa dificuldade na efetuação e participação no mercado de trabalho, pois suas ocupações diárias se dividem nas realizações dos serviços trabalhistas e cumprimento de afazeres domésticos (FRANÇA; SCHIMANSKI, 2009), onde, diversas vezes, não possuem o auxílio da família para melhor direcionamento e cumprimento desses afazeres.

Por consequência, as mulheres ocupam-se em tempos desiguais em comparação à rotina diária dos homens, sendo sobrecarregadas com a realização de trabalhos que poderiam ser divididos justamente, pois determinados afazeres em casa envolve o próprio bem-estar dos demais da família.

De acordo a pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia (2019) realizada com o intuito de obter o conhecimento da jornada dupla diária vivenciada pelas mulheres, foi constatado que entre homens e mulheres “em 2019, os homens dedicaram em média 11 horas por semana aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos, enquanto o tempo dedicado pelas mulheres a estas tarefas foi de cerca de 21 horas e meia por semana.” (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA, 2019).

Ou seja, de acordo ao estudo realizado, é evidente que a ocupação em média comparada aos sexos não se alinha de maneira igualitária. O IBGE (2019) também afirma, a partir dessa pesquisa, que as mulheres que vivenciam essa ocupação intensa têm a tendência de seguirem em busca de trabalhos mais flexíveis para poder haver uma melhor conciliação cotidiana.

Segundo o instituto Catho comunicação (2021), as mulheres tendem a receber um salário menor que o dos homens, mesmo que em níveis de escolaridade, ocupação e cargos de trabalhos iguais, podendo assim contribuir com a reflexão dos fatores de desigualdade enraizados em ambientes que deveriam proporcionar a equidade entre os sexos, gêneros e qualificações profissionais.

Conforme Eugênea e Monteiro (2021) argumentam, existe uma discrepância de desigualdade nos níveis de classes financeiras entre as mulheres, quando se refere à jornada dupla, pois as mulheres ricas possuem a oportunidade de contratar trabalhadoras domésticas para poder cumprir com os afazeres do lar, facilitando e dando uma abertura para sua própria rotina diária. De acordo a esta perspectiva, as autoras refletem que:

Essa é outra razão, pela qual podemos deduzir que, para mulheres que necessitam conciliar trabalho remunerado com atividades domésticas, há uma maior probabilidade de ocuparem cargos com carga horária reduzida, de menor remuneração (EUGÊNEA; MONTEIRO, 2021, p. 27).

Diante essa colocação, é possível refletir que as mulheres conseguiram se adaptar ao longo das épocas, procurando se esquivar das dificuldades para poder realizar seus anseios, levando em consideração o longo período em que foram reprimidas da concretização de seus desejos em diversos âmbitos. Porém, no entanto, ainda se faz existente dificuldades em rotinas extensas e exaustivas, junto à ocupações realizadas externamente no cotidiano.

É evidente que esta é uma questão social frequentemente vivenciada pelas mulheres, onde consiste uma determinada necessidade de transformação sociocultural, potencializando direitos e deveres determinados igualmente para ambos os sexos. Afinal, certas atividades domésticas são realizadas exclusivamente pelas mulheres em prol da família, onde a mesma pode ser cumprida por igual pelo cônjuge ou meio familiar, ocasionando o equilíbrio da divisão dessas funções.

### **3.3 Empoderamento feminino**

Através da inserção da mulher no mercado de trabalho e acesso aos níveis de escolaridade por igual na sociedade em comparação ao homem, a sociedade se moldou à maneiras mais flexíveis, possibilitando abertura para o respeito e aceitação do ser feminino. Com isso, se evidencia novas formas do viver por parte das mulheres, através da notoriedade conquistada no meio social, envolvendo ressignificações e empoderamento de seus valores e escolhas pessoais (AZEVEDO, SOUSA, 2019).

Existem semelhanças entre o movimento feminista e o empoderamento feminino, onde o primeiro tem como principal característica a defensoria da igualdade de gênero nos aspectos sociais, políticos e culturais. O outro movimento, que ganhou força e notoriedade em decorrência das feministas, é constituído pelas ações que eliminam os estigmas de inferioridade e estruturas discriminatórias, comumente intensificadas pelo machismo (AZEVEDO, SOUSA, 2019).

O movimento feminista deu início no contexto social por volta da década de 70, se opondo aos modelos de desigualdade postulados ao sexo feminino. Este movimento tomou força durante a Revolução Francesa, onde as mulheres buscaram a igualdade de gênero, fazendo com que o ser feminino estivesse fora da opressão e dependência da figura masculina. Dessa forma, tornou como principal objetivo validar a capacidade da mulher em meio às diversas ocupações na sociedade (AZEVEDO; SOUSA, 2019).

Com isso, a principal tentativa das mulheres foi de obterem domínio sobre suas próprias vidas, objetivando alcançar mudanças na realidade do cotidiano da época. Além disso, buscaram conquistar o direito de voto no sistema político, escolha e liberdade familiar, acesso à escolaridade, ocupação social e econômica, entre outros fatores envolventes (AZEVEDO; SOUSA, 2019).

Portanto, ao longo da história, é possível destacar vários marcos legais alcançados através movimento feminista, como a Lei Maria da Penha, participação das mulheres no meio político, direito ao voto, instalação de leis que asseguram ao direito e proteção às mulheres, feminicídio como crime hediondo, Leis trabalhistas, entre outras conquistas (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2021).

Todas essas realizações foram conquistadas e nomeadas como as 'ondas feministas', em que a primeira onda constituía o sufrágio, que foi o direito de propriedade, relações conjugais e o poder público. A segunda onda feminista foi marcada pelo direito reprodutivo, luta pelo reconhecimento e identificação da violência contra a mulher. Já na terceira onda, formou-se pelas interseções entre gênero, raças, classes, padrões estéticos impostos e identidade (SIQUEIRA; BUSSINGUER, 2020).

De acordo com Follador (2009), junto a construção e efetuação do patriarcado dentro das sociedades, as mulheres foram excluídas da liderança social, onde se teve como consequência a ocupação diária com tarefas domésticas, educação e criação

aos filhos, enquanto o seu cônjuge ocupava-se diariamente com serviços externos, sendo este considerado como provedor da casa e da vida financeira da família.

Dessa forma, acontecia o desestímulo da classe feminina, que por muito tempo foi sendo estereotipada à configurações retrógradas associadas à contextos passados, possuindo fortes representações com a dependência de um provedor familiar, vivenciando exclusão social e limitação do ser feminino ao estigma de reprodução (SILVA; PINHO; SOUSA, 2023).

Após a Revolução Industrial, a sociedade obteve algumas modificações eficientes, promovendo a inserção da mulher nos âmbitos do trabalho e panoramas econômicos (FRANÇA; SCHIMANSKI, 2009). Dessa maneira, os movimentos feministas foram se ampliando, ganhando força e reconhecimento de suas causas, encorajando as mulheres a criarem suas próprias identificações de valores, independência e domínio sobre suas próprias vidas (AZEVEDO; SOUSA, 2019).

Com isso, o empoderamento feminino teve como ferramenta de estímulo e desenvolvimento social, a união e coletividade entre as mulheres, potencializando a autonomia e liberdade do ser feminino. Nesse sentido, desestimulam-se práticas de arrogância e estigmas estereotipados para meninas e mulheres, principalmente com envolvimento aos corpos sexualizados (AZEVEDO; SOUSA, 2019).

De acordo com Silva, Pinho e Sousa (2023), a mulher foi constituída desde as antiguidades por princípios que estavam culturalmente associados aos estigmas biológicos – caracterizados pelo sexo – e complementados pela construção de gênero. Dessa forma, predispondo à limitação do dever de reprodução, maternidade, educação dos filhos e cuidados ao local familiar.

Com o passar dos anos e costumes sociais, junto ao movimento feminista e expansão do empoderamento feminino, as mulheres encontraram vias de questionamentos sobre esses estigmas de maternidade e ocupação doméstica direcionados exclusivamente à elas. Dessa maneira, estimulando uma recapitulação de seus deveres e funções diárias enquanto sociedade, podendo assim distanciar-se dessa normativa social e impor suas decisões no meio familiar e trabalhista (AZEVEDO; SOUSA, 2019).

Porém, mesmo com toda revolução do ser feminino e transformações na visibilidade desse ser, ainda persiste em meio à sociedade uma desigualdade que não

estimula a luta entre os gêneros, evidenciando práticas desiguais ocorridas no meio trabalhista, efetuação dos afazeres domésticos e criação dos filhos.

Atualmente, o empoderamento feminino tem sido constituído mais fortemente com a visibilidade adquirida ao meio sociocultural. Dessa forma, o movimento busca atenção aos requisitos do contexto atual, como diminuição da violência contra a mulher, igualdade salarial, descriminalização do aborto, mais inserção da mulher no contexto político e autoritário e igualdade nos ambientes familiares, associados exclusivamente à redução da violência doméstica e divisão das ocupações no lar, para assim, conseguir aliviar a sobrecarga que vivência na dupla jornada (SIQUEIRA; BUSSINGUER, 2020).

#### **4. DELINEAMENTO METODOLÓGICO**

Através do método de pesquisa de caráter qualitativo sobre a relação de poder nas desigualdades de gênero e o empoderamento feminino, o presente trabalho acadêmico trata-se de uma revisão sistemática de literatura. Para isso, foi escolhido como metodologia um levantamento bibliográfico, utilizando do método de revisão descritiva considerando que, segundo Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em materiais já elaborados anteriormente, constituídos principalmente por livros e artigos científicos. Desta forma, os materiais foram selecionados sistematicamente de acordo com o tema escolhido e delimitado.

Para realização do procedimento de pesquisa técnica, foi efetuado o levantamento de materiais por meio de bases acadêmicas, consultando sites de internet como a Scientific Eletronic Library (SciELO), Google Acadêmico, Google, Youtube e livros de referência consultados de forma online.

A temática deste trabalho é ‘Considerando o empoderamento feminino a partir da relação de poder nas desigualdades de gênero construídas sócio-historicamente’, logo, a delimitação do tema foi expandir a compreensão das dinâmicas de convívio em sociedade a partir do contexto histórico até o atual, identificando as trocas de relações de poder e sistemas funcionais construídos em sociedade.

Através dessa ampliação, foi compreendido e estruturado neste documento a revolução da figura feminina frente às dificuldades de desenvolvimento e domínio social, conceituando as desconstruções de padrões sociais desenvolvidas a partir do empoderamento feminino.

Durante a construção do trabalho, foram realizadas as leituras de 27 artigos, 3 livros e 12 sites, sendo utilizados 16 artigos, 2 livros e 7 sites digitais para enriquecimento sobre a abordagem do tema e construção do referencial teórico.

Para adentrar na resposta da pergunta de pesquisa, foram examinados conteúdos com palavras chaves, sendo elas: gênero, relação de poder, desigualdade de gênero, movimento feminista, buscando também materiais que explanassem as construções estruturais socialmente reforçadas pela cultura do patriarcado, entendendo suas diferenças entre épocas e regiões.

Sobre os critérios de avaliação para definição dos materiais a serem utilizados, os artigos que não possuíam viés diretivo na temática da pesquisa e que saíam da delimitação planejada, foram descartados. Para os livros, foi realizada a leitura nos capítulos que mais se aproximavam da estrutura da construção do tema, se utilizando do conteúdo e fazendo menções no trabalho. Sobre os sites digitais disponibilizados nas plataformas online, existe uma enorme variedade com abordagens sobre o tema, mas para melhor acréscimo na produção do trabalho, optamos por utilizar os que mais se alinharam construtiva e abrangentemente para o projeto.

## **5. RESULTADOS**

A partir dos livros, artigos e demais dispositivos de conhecimento utilizados de maneira pertinente para a construção do referencial teórico, discussões foram levantadas. Inicialmente, não foi fácil construir uma contextualização do pensamento direcionada à uma reflexão assertiva sobre o tema norteador. Até que, começou a se perceber um diálogo entre os textos analisados e o quanto cada material extrapolou as barreiras do conhecimento e pontos de vistas fragmentados e contribuiu para o todo como indispensável, trazendo segurança para a consideração da conclusão a que se chegou para resumir as ideias construídas pelos diversos autores como a essência deste trabalho acadêmico.

A seguir, encontra-se descritos importantes extrações das fontes utilizadas como contribuições das discussões aqui encontradas:

<b>Autor</b>	<b>Ano</b>	<b>Título</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Resultados</b>	<b>Considerações finais</b>
CABRAL, F; DÍAZ, M.	1998	Relações de gênero.	O artigo discorre sobre o conceito de gênero construído no meio social. Além disso, desenvolve o olhar a partir da desigualdade socialmente envolvida, levando em consideração 04 fatores essenciais para a construção dessas relações, sendo eles do âmbito da sexualidade, reprodução, divisão sexual do trabalho e o âmbito público/cidadania.	O conteúdo desenvolvido trata-se em argumentar sobre o conceito de gênero e suas estruturas pré-determinadas socialmente para ambos os sexos (masculino e feminino); através destas reflexões, é desenvolvido a discussão sobre 4 prismas estruturais, que possuem grande enfoque nas funções femininas, sendo elas: sexualidade, reprodução, divisão sexual do trabalho e âmbito público/cidadania.	Através dos conteúdos e reflexões postas, podemos compreender sobre a estrutura da relação de poder, que viabiliza de maneira mais facilitadora para determinado sexo e contexto. É compreensível a função biológica social determinada para a mulher e o benefício obtido para o homem através dos ensinamentos socioculturais. Através dessas discussões, emerge as ideias de solução onde discerne que para melhor alcance de uma relação de gênero mais justa e potencializadora para ambos os sexos, seria possibilitar uma reeducação nos campos de aprendizagem social, trazendo maior visibilidade nas causas necessárias e estruturas naturalizadas de maneira errônea.
CARLOTO, C. M.	2001	O conceito de gênero e sua importância para a análise das relações sociais.	Nesse artigo é articulado sobre o conceito de gênero e suas importâncias inseridas no entendimento das relações sociais entrosadas nesse contexto. Ademais, também é	Este artigo aborda sobre a importância e dinâmica do conhecimento a respeito do conceito de gênero, para possibilitar o entendimento das relações de gênero e a divisão sexual do	O artigo contribuiu na ampliação da discussão de um dos pontos centrais do trabalho, que é sobre a relação de gênero. Para isso, foi preciso haver a compreensão de gênero e seus meios

			<p>explanado sobre as divisões de trabalho intitulada para homens e mulheres, sendo desenvolvido através de abordagens empíricas, sociais e analíticas.</p>	<p>trabalho, dando abertura para discutir sobre o envolvimento da constituição social inserida nesse contexto.</p>	<p>de relações envolvidas na sociedade. A partir desses debates e contribuições, entendemos sobre essas relações não se tratar somente de relações sociais, mas envolver construções de caráter a partir de comportamentos pré-determinados para sexos definidos na sociedade (masculino e feminino).</p>
EUGÊNEA, C.; MONTEIRO, J.	2021	<p>A mulher no contexto da empregabilidade e mercado de trabalho.</p>	<p>O artigo tem por objetivo especificar a visão da participação das mulheres em contextos da prática salarial, empregabilidade e mercado de trabalho. A partir disso, realiza análises das dinâmicas sociais propostas para estas questões requisitadas, constituindo o artigo através de pesquisas sociais estruturadas em sites com dados estatísticos.</p>	<p>As autoras evidenciam as mudanças sociais ocorridas para as mulheres no século XX, onde é possível haver o reconhecimento da inserção das mulheres em ambientes que em tempos passados não havia acesso. Além disso, realizam comparações entre homens e mulheres, visando a participação social nos âmbitos que envolvem níveis de escolaridade, envolvimento no mercado de trabalho, lucros salariais e valorização desses fatores entre os mesmos. O artigo fomenta estas comparações a partir de estudos elaborados que especificam dados de pesquisas que revelam os níveis sociais e elementos antes comentado.</p>	<p>Compreende-se a partir dos estudos e conteúdo elaborado, que mesmo os níveis de escolaridade e qualificação das mulheres sendo semelhante ao dos homens, é evidente a diferença salarial destinadas para as mulheres. Além disso, é perceptível que os construtos sociais antes estruturados na sociedade ainda reverberam em contexto atuais, mesmo que estes envolvidos com uma crescente mudança, quando refere-se à inserção das mulheres em ambientes que anteriormente era escasso. Nesse sentido, pode-se considerar uma intensa ocupação diária ainda produzida pelas mulheres com serviços domésticos e cuidados de pessoas, o que comumente não é remunerado ou reconhecido como uma jornada dupla,</p>

					pois além do trabalho externo, existe a ocupação interna nos lares. Com isso, estrutura-se a importância da visão social sob esta ótica, trazendo em questão a necessidade de reconhecimento dessa desigualdade entre os gêneros para melhor obtenção da igualdade entre essas organizações sociais.
FOLLADOR, K. J.	2009	A mulher na visão do patriarcado brasileiro: uma herança ocidental.	A autora contextualiza a participação da mulher durante a construção da sociedade e a visão masculina patriarcal brasileira em relação ao ser feminino, onde formava idealizações da mulher ideal.	Contextualizando a sociedade do século XIX, a autora trás as concepções formadas na época sob o prisma patriarcal, onde explica as relações de poder e desigualdade de gênero que ocorriam comumente. Dessa forma, através de pesquisa teóricas e bibliográficas, Follador enfatiza na exclusão que por longos anos as mulheres vivenciaram, submetendo-se às ordens masculinas e ocupações dos afazeres domésticos e cuidados da família. O artigo conceitua a existência do gênero no meio social, formulando a ampliação que o ser feminino obteve, ganhando visibilidade nos espaços de âmbitos acadêmicos e sociais. Além disso, o artigo discute sobre a representação feminina a partir do olhar masculino ocidental, na qual este formulava mulheres ideais para	Conforme o conteúdo desenvolvido neste artigo, entende-se a partir das visões da mulher sob o prisma patriarcal, a forte influência que a herança ocidental estruturou. Nesse sentido, é imprescindível não remeter à mulher a submissão e exclusão que fortemente lhe foi associada, acarretando posicionamentos sociais que prevaleceram o silenciamento e ocupação com a procriação e cuidados do lar. Dessa forma, obtendo contribuição dos conceitos de gênero, a mulher obteve classificações biológicas explicadas para mantimento dos seus deveres de reprodução e cuidados direcionados ao lar e família, já que ela estaria responsável pela procriação e maternidade do ser.

				<p>a sociedade. Com isso, o ser feminino era associado na época, com acontecimentos e representações religiosas que estruturavam respostas para manter o julgamento da mulher ideal, postulando como dever o cumprimento da normatização social, sendo esposa-mãe-dona de casa-assexuada.</p> <p>Posteriormente, a autora amplifica o modelo patriarcal na sociedade brasileira, em defluência das estruturações anteriores, evidenciando os padrões mantidos antes da evolução feminina no meio social.</p>	
FRANÇA, A. L.; SCHIMANSKI, É.	2009	Mulher, trabalho e família: uma análise sobre a dupla jornada feminina e seus reflexos no âmbito familiar.	<p>O artigo tem por objetivo ressaltar reflexões sobre a inserção da mulher no âmbito do trabalho, destacando a divisão de tarefas obtidas nesse novo contexto. Com isso, são analisados experiências de readaptações para as mulheres, onde vivenciam a dupla jornada, realizando ocupações com os serviços do trabalho remunerado e a realização dos afazeres domésticos. Portanto, são levantadas discussões sobre os impactos emergidos no âmbito familiar e do trabalho juntamente</p>	<p>O artigo formula contextualizações da palavra trabalho em seu significado gramatical, associando ao conceito obtido na sociedade. Ressalta-se que esses conceitos estruturados ao longo dos tempos transformam-se a partir dos contextos históricos envolvidos. Com isso, as autoras estruturam através de conceitos teóricos e bibliográficos, discussões das perspectivas históricas formuladas em meio a sociedade. Em seguida, o artigo relata sobre a evolução social construída ao longo dos acontecimentos, relatando eventos</p>	<p>A partir do conteúdo desenvolvido, evidencia-se a construção sócio histórica constituída pelas relações de gênero ao longo dos tempos, salientando uma relação de poder desigual do que a realidade deveria fomentar. Compreendemos que as vivências trabalhistas foram moldando-se ao social com o passar das culturas e épocas, mas sempre baseada na formulação que o gênero desempenhou para homens e mulheres. Com isso, desde os primórdios, as</p>

			<p>aos conceitos sócio históricos.</p>	<p>que incitaram a marcante evolução no âmbito social trabalhista, evidenciando também alcances tanto no trabalho quanto nas relações envolvidas nesse contexto. Consequente, o artigo ressalta a divisão sexual do trabalho desenvolvida a partir das relações de gênero, destacando o alcance que as mulheres obtiveram neste meio. Com isso, foi estruturado as readaptações que foi predisposto às mulheres, fomentando validação e reconhecimento dentro de uma estrutura de dupla jornada diária. Consequentemente, estas mudanças resultaram impactos no convívio familiar, pois o estudo relata a sobrecarga de responsabilidades que as mesmas vivenciaram junto ao estigma de mulher-dona-de-casa e mulher-mãe.</p>	<p>mulheres foram e são consideradas como mulher cuidadora do lar, responsável pelos cuidados aos filhos, família e casa. Através dessa consideração, evidencia-se a jornada dupla na atualidade, pois a partir da sua inserção na sociedade, as mulheres se readaptaram com ocupações diárias, tendo de realizar afazeres domésticos de sua casa mesmo que anteriormente tenha cumprido um exaustivo serviço no seu trabalho remunerado. Através das pesquisas elaboradas, percebe-se uma ajuda dos homens em determinados serviços, porém não no mesmo tempo de ocupação em comparação ao período das mulheres, o que evidencia-se a desigualdade existente nesse meio e reforço da construção desenvolvida pela sociedade. Junto a inserção das mulheres, ocorreram novas significações no âmbito econômico por parte delas, onde em muitos ambientes a renda do ser feminino pode ser considerado com</p>
--	--	--	--	---	---

					principal fonte de sustento do lar.
MEDEIROS, L.; MORAES, I.	2021	Gênero: você entende o que significa?	Neste conteúdo as autoras tem por objetivo trazer a definição de gênero e suas significações, argumentando utilizações socialmente construídas e generalizadas.	Foi possível entender de acordo com esse conteúdo, as nuances que o gênero possui, revelando através dos conceitos de construtos sociais e características biológicas remetidas ao sexo. O artigo explica conceitos linguísticos existentes para sexo, gênero, identidade de gênero e sexualidade, fazendo contribuir no entendimento das elaborações sociais submetidas para homens e mulheres.	A partir da leitura e entendimento do material desenvolvido, o grupo utilizou as ideias dos conceitos de gênero e sexualidade, onde discerne seus significados linguísticos e sociais, dando possibilidade a expor mais sobre as dinâmicas sociais estruturadas.
SILVA, L. R.; PINHO. E. F.; SOUSA, J. C.	2023	A não maternidade como possível fator da estigmatização social da mulher.	Os autores buscaram compreender o olhar sobre a mulher com desejo de não tornar-se mãe, enfatizando no contexto sócio-histórico-cultural e os impactos contribuintes nessa vivência. Com isso, o presente artigo objetivou ressaltar a visibilidade da mulher sob o contexto de estigmatização da maternidade na sociedade contemporânea.	O artigo discorre inicialmente sobre o conceito de estigmatização, para assim se fazer compreender as definições obtidas na sociedade da época. Com isso, é contextualizado a geração de filhos na família, sendo este fator considerado como algo natural do casamento, sem espaço para questionamentos sobre o desejo da mulher tornar-se mãe. Posteriormente, após a estruturação dos contextos sócio históricos envolvidos na evolução dessas vivências, os autores conceituam fatores recorrentes na atualidade, ampliando a visão para os alcances obtidos pelas mulheres, onde persiste a liberdade de escolha e decisão	A partir do estudo elaborado, compreendemos a proposta do artigo desenvolver o olhar para as mulheres que não desejam ser mãe, entendendo também o estigma presente na caracterização biológica destinada às mulheres. O artigo faz menção sobre a existência do ato de procriação ser 'obrigado' ao ser feminino, oferecendo satisfação ao outro e tornando-se alvo de submissão. Dessa forma, é compreensível que a relação de poder e desigualdade é notável nesse contexto e ainda prevalece na atualidade em determinados ambientes. Através da representação reprodutiva que a mulher carrega

				<p>de sua própria vida, para além do estigma de maternidade e submissão social.</p>	<p>desde os princípios da sociedade, é evidente que os atos de cuidado e responsabilidade da família e lar estão fortemente entrelaçados com elas, acarretando uma determinada expectativa vivenciada pelo meio social, onde estimula a normatização de que mulher deve ser mãe. Dessa forma, com a possibilidade de reprodução, no caso da mulher escolher não procriar, pode gerar consequentemente a vivência da não validação de suas escolhas, podendo assim ser considerada até mesmo como egoísta. Através de atos evolutivos e revolucionários para o ser feminino, foi fomentado a desconstrução do estigma de maternidade, possibilitando a separação entre sexo e reprodução. Bem como resultado desse fator, surgiu a invenção da pílula contraceptiva e se fazendo presente na contribuição desse meio, também teve início do feminismo no século XX. Com isso, os autores evidenciam os impactos de desvalorização comumente gerado pela sociedade, reduzindo as escolhas a um elemento intensamente associado às mulheres</p>
--	--	--	--	---	--

					(biologicamente) e lançando a visão direcionada para a ordem do desejo de outros princípios e ocupações sociais. Desta forma, existe a compreensão e abertura do acolhimento das mulheres possuírem seu espaço de escolha e decisão de suas próprias vidas.
--	--	--	--	--	---

## 6. DISCUSSÃO

De acordo a estruturação sobre “Relações de gênero” desenvolvida por Cabral e Díaz (1998), podemos compreender o desígnio que as terminologias de sexo e gênero se propuseram estruturar desde o princípio. Nesse sentido, o conceito de gênero se fez com base nas formulações para os papéis sociais entre os sexos ‘homem e mulher’, dando princípio a outros fatores mais dinâmicos nestas relações sociais, onde elementos culturais da época constituíram fortemente à essas estruturações. (CABRAL; DÍAZ, 1998).

Partindo para o entendimento do sexo, compreendemos que seu significado linguístico está contido nas diferenças biológicas e características físicas componentes no homem e na mulher (CABRAL; DÍAZ, 1998). Essas diferenças potencializaram os papéis funcionais desenvolvidos para os diferentes sexos, contribuindo com os posicionamentos de gênero pré-determinado aos indivíduos envolvidos no meio social.

Conforme os mesmo autores elaboram, esses fatores contribuem nas dinâmicas relacionais, dessa forma, eles afirmam que:

As relações de gênero são produto de um processo pedagógico que se inicia no nascimento e continua ao longo de toda a vida, reforçando a desigualdade existente entre homens e mulheres, principalmente em torno a quatro eixos: a sexualidade, a reprodução a divisão sexual do trabalho e o âmbito público/cidadania. (CABRAL; DÍAZ, 1998, p 142).

Exemplificando estas modulações sociais, podemos trazer a reflexão dos comportamentos citados anteriormente para os meninos e meninas em sua fase de desenvolvimento. Como as meninas são compostas por órgãos reprodutores, sua maior identificação biológica e classificação social foi atribuída ao ato de reprodução, quando posteriormente a gestação, seria seu dever diário totalmente envolvido com os cuidados ao filho, já somando aos trabalhos domésticos (AZEVEDO; SOUSA, 2019).

Dessa forma, para melhor resultado desse construto e realização dos serviços, desde a infância as meninas eram e ainda são comumente estimuladas com brincadeiras que remetem ao cuidado do lar. São ensinadas sobre a responsabilidade materna, sobre a concretização diária dos afazeres domésticos, sobre seus modos de comportamentos que envolvem delicadeza, passividade e sensibilidade feminina. Ou seja, ainda na infância vão associando sua maior ocupação diária com a maternidade e cuidado do lar, mesmo que posteriormente inseridas numa ocupação de trabalho externo.

Além disso, Cabral e Díaz (1998, p. 142) argumentam que “A sexualidade na mulher tem sido relacionada com a reprodução, ou seja, para a mulher, o centro da sexualidade é a reprodução e não o prazer”. Com isso, pode-se elaborar a reflexão que a conceituação do sexo junto ao gênero contribuiu fortemente neste posicionamento, pois foi uma forma de potencializar os cuidados do lar e da família para a mulher, onde ela se torna exclusivamente responsável pelo simples fato de procriar.

Também é essencial ressaltar que a sexualidade, enquanto prazer, era reprimida à mulher e concedida somente ao homem, o que também contribuiu na ideia da superioridade frente a essa situação, pois o ser feminino deveria estar disponível para agradar e conceder prazer ao provedor de sua família.

Ao contrário disso, conforme os mesmos autores desenvolvem, os ensinamentos para os meninos são diferentes dos que são passados para as meninas, pois sua postura social difere totalmente em todos os âmbitos. Geralmente, ainda na infância a conscientização de comportamentos futuros vão sendo transmitidos no meio familiar e social. Portanto, os meninos atingem a liberdade social com mais facilidade em comparação as meninas, pois suas brincadeiras tendem a ter

acesso as ruas sem muitas restrições, desenvolvendo o instinto defensor e viril (CABRAL; DÍAZ, 1998).

Com isso, as brincadeiras costumam envolver situações de guerras, heroísmo, jogos de competições e lutas, ou seja, ainda quando novo, o menino tem o fácil entendimento que sua postura envolve liderança, independência e liberdade de escolha (CABRAL; DÍAZ, 1998). Inclusive, o âmbito da sexualidade não lhe é reprimido como é para as meninas. Para eles, são estimulados a desejarem desfrutar do prazer, onde pode associar com a representação de masculinidade ao perder a virgindade.

Por consequência, o ser feminino ocupou características de fragilidade, dependência e submissão à figura masculina e, com todos os ensinamentos de ocupações em casa, para as meninas que tinham boas condições, o espaço social era privado, sendo condicionada a vivenciar total exclusão de conquistas, educação ou lazer na comunidade. (FOLLADOR, 2009).

Portanto, a construção familiar era dada como uma normativa social e caso as mulheres estivessem sem seus principais atributos de vida, casada, com família construída e dependendo de um único provedor da casa, a sociedade associava como infelicidade e falta de realização, sem ao menos compreender que aquela situação poderia ter sido uma estrutura de escolha (FOLLADOR, 2009).

A partir do que o estudo desenvolvido por Silva, Pinho e Sousa (2023) constitui, a visão da mulher associado ao estigma de maternidade é o que precede essa construção ao longo dos anos, o que em determinado contexto evidencia a estruturação dos afazeres domésticos serem destinados exclusivamente às mulheres.

Ademais, nesse sentido, é perceptível a existência da expectativa social quanto a essa realização feminina, sendo este fator julgado como concretização de desejo e felicidade para todas as mulheres (SILVA; PINHO; SOUSA, 2023). Ou seja, esta era a visão da mulher ideal na sociedade, sendo atribuída à realizações da maternidade e construção familiar, para dessa forma, preencher sua vida de afazeres diários e obter sentimentos de bem-estar (FOLLADOR, 2009).

Segundo França (2009) argumenta e como já discutido anteriormente, as mulheres ficaram responsáveis pelo cumprimento dos cuidados ao lar, sendo estas

ocupações construídas a partir das estruturações de gênero, pré-determinando comportamentos sociais designados para homens e mulheres.

De acordo com o que a mesma autora propõe em seus estudos, fica evidente a mudança histórica na época do século XX, obtendo avanços significativos na vivência feminina e relações sociais, esta quando referida à relação de poder. A autora França (2009) fomenta sobre a inserção da mulher no trabalho social e com isso, percebe-se que as mulheres necessitaram vivenciar facetas de readaptação, tanto pelos costumes e ensinamentos construídos anteriormente, quanto para vivenciar de maneira adequada com o que a sociedade lhe impôs.

Com isso, França (2009) dialoga sobre o aparecimento da jornada dupla para as mulheres, onde evidencia que dando continuidade no seu serviço doméstico, agora teria de conciliar este fator com o âmbito econômico, mesmo que essa se torne uma vivência exaustiva. Através desse olhar, evidencia-se a responsabilidade que as mulheres carregam mesmo que inseridas no mesmo ambiente que os homens, se fazendo perceber a desigualdade de gênero socialmente construída com o desenvolvimento das culturas e épocas.

Desta forma, com a ocupação atual em seu âmbito trabalhista, as mulheres desempenham múltiplos papéis sociais no seu dia-a-dia, ocasionando a restrição aos seus desejos de reprodução familiar e mais envolvimento no mercado de trabalho. Podendo considerar também, mais anseio com os níveis de escolaridade e qualificação profissional, sendo este um fator que atribui intensa mudança cotidiana (FRANÇA, 2009).

Porém, mesmo com essas alterações na dinâmica social, as pesquisas encontradas em diferentes artigos revelam como a desigualdade de gênero ainda encontra-se amplamente estruturada, se fazendo presente em ambientes do trabalho e do lar. De acordo com França (2009), a procura por parte das mulheres para com o trabalho, também é um elemento que tem impulsionado o alcance da sua independência financeira, proporcionando junto ao movimento feminista, avanços que estimulam conquistas benéficas para o seu meio.

Anteriormente, as mulheres necessitavam da presença da figura masculina como representação do provedor familiar (CABRAL; DÍAZ, 1998), na modalidade atual em que as relações sociais se organizam, as mulheres constroem sua independência

junto aos fatores de liberdade e autonomia social, sendo esta constituída com o ganho salarial a partir de trabalhos remunerados e acesso aos diversos ensinamentos formulados para a sociedade.

Dessa maneira, é possível enfatizar que as mulheres atualmente ocupam espaços de provedoras do lar, a partir do ganho com serviços remunerados. Muitas vezes, sua contribuição econômica acaba por considerar a principal renda familiar constituintes em diversas famílias, mesmo que a divisão salarial ainda persista na estrutura de ganho desigual entre homens e mulheres. A partir disso, Eugênea e Monteiro (2021) articulam afirmando que:

Realmente, observa-se que as mulheres conquistaram mais protagonismo nos espaços públicos, tanto sociais como profissionais. Mas em termos de reconhecimento e participação efetivamente proporcional, observa-se ainda uma grande defasagem, no que diz respeito à inserção de homens e mulheres no mercado de trabalho (EUGÊNEA; MONTEIRO, 2021, p. 25).

A partir dessa perspectiva, pode-se afirmar que mesmo através da inserção trabalhista e outras formas de visibilidade da mulher, é evidente que as dinâmicas sociais continuam propagando elementos de desigualdade entre os gêneros, o que tem como estímulo a divisão de tarefas determinadas quase que exclusivamente para tais sexos.

É evidente que este é um fator de grande persistência, se fazendo presente até os séculos atuais e submetendo a mulher a estruturas de submissão e desclassificação profissional, onde seus serviços não são amplamente reconhecidos assim como há para o sexo masculino.

Diante do exposto, é evidente afirmar que através dos conteúdos mencionados sob a ótica da construção feminina ao longo das épocas, estes foram moldando-se sócio-historicamente com variados fatores de culturas e costumes, mas sempre tendo em base a relação de poder desenvolvida socialmente para os demais sexos.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta deste trabalho de conclusão de curso foi compreender a notoriedade do ser feminino no âmbito social através do empoderamento proposto pelas mulheres. Com isso, foi evidenciado fatores sócio históricos que contribuíram ao longo dos séculos, para a existência de determinadas estruturas sociais.

Dessa forma, a partir do objetivo geral, elaboramos pesquisas sobre o entendimento da relação de poder entrelaçada com a desigualdade de gênero, para assim se fazer compreender porque as mulheres sofreram discriminações e exclusão social.

Partindo dessa perspectiva, compreendemos que a estruturação de gênero esteve fomentada com o significado de sexo, mesmo que em termos conceituais sejam afirmadas possuírem distinções entre elas. Resumidamente, compreende-se que sexo distingue as diferenças fisiológicas presente em homens e mulheres, o que diferencia a execução de funcionalidade no órgão reprodutor. Enquanto para o gênero, se constrói a percepção de papéis sociais pré-determinado para os demais sexo.

Portanto, é possível afirmar que o gênero se origina a partir de construtos sociais, tendo como relevância a cultura e o contexto da época envolvida. Com isso, ficou compreensível a originalidade dos comportamentos que foram estimulados para homens e mulheres, promovendo a desigualdade de gênero a partir das relações de poder.

Além disso, essas construções viabilizaram dinâmicas sociais que ocasionaram estruturas desiguais para todos os âmbitos, reverberando principalmente nos ambientes familiares, sociais e do trabalho. Através dessa estruturação, se fez presente o olhar social diferenciado para os sexos. Dessa forma, obtendo para construção e posicionamento masculino, associação de superioridade ao ser feminino, onde o homem se encarregou em ocupar espaços de trabalhos sociais que adquiriu moralidade social, dependência financeira e reconhecimento profissional, somando também com atitudes de valentia e coragem.

Ademais, para as mulheres, através do reconhecimento biológico associado ao ato de reprodução, o gênero lhe impôs socialmente o ato de se responsabilizar com

cuidados ao lar e da família, o que estaria em sua ocupação diária os afazeres de amamentação, educação aos filhos, cozinhar e cuidar da casa, enquanto o provedor da família estaria ocupando-se em conquistas sociais.

Através dessa dinâmica desenvolvida, se fez presente o olhar para o ser feminino com aspectos de limitação biológica, onde pode-se considerar que durante e após a gestação é necessário o resguardo da mãe e outros aspecto visível era a submissão ao homem, este constituído pela falta de sustento familiar e ocupação diária não remunerada.

Posteriormente, a partir das mudanças no século XX, é evidente afirmar que as transformações sociais alcançaram evoluções nas relações. Por isso, através dos movimentos feministas ocorrido nas décadas de 70, as mulheres propuseram com movimentações sociais, objetivar a visibilidade do ser feminino em meio a ocupação na sociedade, centralizando como propósito o alcance da liberdade e autonomia do ser. Ademais, foi imposto a necessidade da mulher se inserir no campo público, podendo contribuir com serviços remunerados e acesso à escolaridade.

Dessa forma, as mulheres conseguiram atingir a inserção no meio social, podendo oferecer seu serviços com níveis de qualificação profissional, a partir do acesso a escolaridade e diversos meios de ensino. Porém, mesmo com a inserção nesses ambientes, compreendemos que a desigualdade em comparação aos sexos persiste, pois ainda que as mulheres ocupem mesmo cargos funcionais de trabalho e qualificação profissional, existe uma discrepância salarial neste ganho, como se o serviço do homem ainda obtenha mais reconhecimento e valorização do que o das mulheres.

Conclui-se que através das pesquisas elaboradas e conteúdos apresentados, se faz necessário a visibilidade do serviço social comparado entre os sexos, de maneira a compreender porque determinado serviço é mais valorizado do que o outro, quando em certos contextos é executado da mesma maneira.

Compreende-se também que as transformações sociais resultaram em intensas alterações necessárias para todos os âmbitos, porém ainda há questões que precisam do processo de ressignificação e acolhimento que envolve o olhar especial ao ser feminino, onde não associe à estigmas biológicos e sociais. Além disso, onde

a mulher ganhe possibilidade de se desenvolver sem rotulações de submissão, fragilidade, incapacidade ou dependência do outro.

## REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Augusto. **Empoderamento: o que significa esse termo?** 2019 Disponível em: <https://www.politize.com.br/empoderamento-o-que-significa-esse-termo/>. Acesso em: 02 set. 2022.
- AZEVEDO, M.; SOUSA, L. Empoderamento feminino: conquistas e desafios. **SAPIENS – Revista de divulgação científica – UEM CARANGOLA**. v.1, n.02 – Out. 2019.
- BUTLER, J. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CABRAL, F.; DÍAZ, M. Relações de gênero. In: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BELO HORIZONTE; FUNDAÇÃO ODEBRECHT. **Cadernos afetividade e sexualidade na educação: um novo olhar**. Belo Horizonte: Gráfica e Editora Rona Ltda., 1998. p. 142-150.
- CARLOTO, C. M. O conceito de gênero e sua importância para a análise das relações sociais. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 3, n. 2, ed. UEL p. 201-213, jan./jul. 2001.
- CATHO COMUNICAÇÃO. **Desigualdade de gênero; mulheres ganham menos que os homens**. Catho comunicação, 2023. Disponível em: <<https://www.catho.com.br/carreira-sucesso/desigualdade-de-genero-no-mercado-de-trabalho-mulheres-ainda-ganham-menos-que-os-homens/>> Acesso em: 18 maio de 2023
- CORDEIRO, T.M.S. et. al. Desigualdades de gênero: uma revisão narrativa. **Revista Saúde.com**, v. 11, n. 3, p. 266-279, 2015.
- EUGÊNEA, C.; MONTEIRO, J. A mulher no contexto da empregabilidade e mercado de trabalho. **Revista RH Visão Sustentável**, Rio de Janeiro, v.3, n.5, p. 22-35, jan./jun. 2021.
- FRANÇA, A. L.; SCHIMANSKI, É. Mulher, trabalho e família: uma análise sobre a dupla jornada feminina e seus reflexos no âmbito familiar (Women, work and family: analysing feminine work and its consequences to family affairs) DOI: <http://dx.doi.org/10.5212/Emancipação>, [S. l.], v. 9, n. 1, 2009. Disponível em: <<https://revistas.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/687>>. Acesso em: 12 abr. 2023
- FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. 22. Ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1983.
- FOLLADOR, K. J. A mulher na visão do patriarcado brasileiro: uma herança ocidental. **Revista Fato & Versões**, Uberlândia, v. 1, n. 2, p. 3-16, 2009.

GUEDES, M<sup>a</sup> E. F. Gênero, o que é isso? **Psicologia: Ciência e Profissão** [online]. 1995, v. 15 n.1- 3, p. 4-11 [Acessado 15 maio 2023], Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/S1414-98931995000100002> >

HOMEM, M.; CALLIGARIS, C. **Coisa de menina?** Uma conversa sobre gênero, sexualidade, maternidade e feminino. 4. Ed. São Paulo. Papirus 7 Mares, 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA. **Mulheres brasileiras na educação e no trabalho.** IBGE educa, 2019. Disponível em: < <https://educa.ibge.gov.br/criancas/brasil/atualidades/20459-mulheres-brasileiras-na-educacao-e-no-trabalho.html>> Acesso em: 18 maio 2023

JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa. **Constituição Federal Comentada – Ed. 2022.** São Paulo (SP): Editora: Revista dos Tributais. 2022. Disponível em: < <https://www.jusbrasil.com.br/doutrina/constituicao-federal-comentada-ed-2022/1712827476>>

MEDEIROS, Letícia; MORAES, Isabela. **Gênero: você entende o que significa?** 2021. Disponível em:<<https://www.politize.com.br/vamos-falar-sobre-genero/>> Acesso em: 07 set. 2022.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Conheça as leis e os serviços que protegem as mulheres vítimas de violência de gênero.** Nações Unidas Brasil, 2021. Disponível em: < <https://brasil.un.org/pt-br/124133-conhe%C3%A7a-leis-e-os-servi%C3%A7os-que-protegem-mulheres-v%C3%ADtimas-de-viol%C3%A2ncia-de-g%C3%AAnero> > Acesso em: 18 maio 2023

OLIVEIRA, Thais. **A mulher e a sua importância para a construção de Sociedades Sustentáveis.** In: Centro Nacional de ensino à Distância, 23 de jun. 2006. Disponível em: <<https://cenedcursos.com.br/meio-ambiente/a-mulher-e-a-sua-importancia-para-a-construcao-de-sociedades-sustentaveis/>>

RODRIGUES, C. **Butler e a desconstrução do gênero.** Revista Estudos Feministas [online]. 2005, v. 13, n. 1 [Acessado 7 Outubro 2022], p. 179-183. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-026X2005000100012>>. Epub 24 Ago. 2005. ISSN: 1806-9584. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2005000100012>

SAFFIOTI, H. I. B. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, A. O.; BRUSCHINI, M. C. (Orgs.). Rio de Janeiro; São Paulo, p. 183-215, 1992.

SIQUEIRA, C. B.; BUSSINGUER, E. C. A. As ondas do feminismo e seu impacto no mercado de trabalho da mulher, São Paulo. **Revista Thesis Juris – RTJ**, v. 9, n. 1, p. 145-166, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/rtj.v9i1.14977>.

SCOTT, J. W. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SILVA, L. R.; PINHO, E. F.; SOUSA, J. C. A não maternidade como possível fator da estigmatização social da mulher – **Facit Business and Technology Journal**. QUALIS.B1 2023. Fluxo contínuo – Abr. e. 41, v. 01, p. 302-322. ISSN: 2526-4281

SPIZZIRRI, G.; PEREIRA, C. M. A.; ABDO, C. H. N. O termo gênero e suas contextualizações. **Diagn. Tratamento**, São Paulo, 19(1), p. 42-44, mar. 2014.

STEARNS, P. N. Gender In World History. **Contexto**. e.1, p. 250, 2007.